



VESTÍGIOS DA LUNDA EM EXPEDIÇÃO PORTUGUEZA AO MUATIÂNVUA DE HENRIQUE DE CARVALHO

Elaine Ribeiro¹
Professora de História da África da
Universidade Federal de Alfenas – MG
elaine.ribeiro@unifal-mg.edu.br

Entre os anos de 1884 e 1888, Henrique Augusto Dias de Carvalho chefiou uma grande expedição que saiu de Luanda e atingiu a capital da Lunda. Levou consigo vários objetivos, em parte determinados pelos interesses dos poderes governamentais de Lisboa, em parte por suas aspirações de saber científico. A partir desta viagem o militar português produziu uma obra que vem sendo utilizada nos estudos sobre a região do atual nordeste angolano.

Em termos de uma reflexão documental, especificamente relacionada aos relatos de viagem, proponho neste trabalho apresentar *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888* como uma fonte para a história dos povos da Lunda. Uma obra que contém um conjunto de testemunhos que está para além das representações por abranger diversos documentos – relatos, cartas, ofícios, relatórios, tratados, entre outros – produzidos por diferentes agentes, entre os quais, centro-africanos que se envolveram de alguma forma com esta expedição.

Da obra *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*

A obra do major português Henrique de Carvalho é composta de oito volumes e um álbum fotográfico, sendo que quatro deles referentes à narrativa da viagem, um outro

¹ Este trabalho é parte de minha pesquisa de mestrado intitulada *Barganhando Sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição e Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*, desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação da profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo financiamento desta pesquisa e também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo incentivo financeiro à minha participação no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.



que corresponde à história e etnografia da Lunda, um sexto sobre a língua lunda e outro ainda sobre meteorologia, clima e colonização portuguesa em Angola.

Há nela ainda o volume de autoria do farmacêutico e subchefe da viagem Sisenando Marques (1889) que, conforme o título, trata dos *climas e das produções das terras de Malange à Lunda*, por meio de *observações meteorológicas diárias, variadas monographias de vegetaes e de alguns animaes, doenças que se manifestaram no pessoal da expedição, qualidade dos terrenos, estado das povoações etc., etc.*

Além desses oito volumes, existe o álbum da expedição com fotografias tiradas pelo terceiro chefe da expedição, o capitão Sertório de Aguiar e com legendas e comentários de Henrique de Carvalho, a partir do qual foram produzidas as inúmeras gravuras publicadas nos oito volumes. Atualmente, este álbum constitui uma raridade encontrada com colecionadores e em duas instituições portuguesas, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Sociedade de Geografia de Lisboa, que não dispõem de todas as fotografias que pertenciam ao álbum original.²

Henrique de Carvalho justificou o valor científico e político de todos estes volumes na carta-dedicatória ao ministro da marinha e ultramar Manuel Pinheiro Chagas, que abre o primeiro volume da *Descrição*:

“Todas as investigações e estudos a que procedeu a Expedição foram além do que no seu inicio se podia suppor; excederam os limites que lhe foram marcados, porque tambem, por circunstancias que não era dado prever, não só duplicou o tempo calculado para o desempenho da sua tarefa, mas ainda se alargou o campo em que essas investigações e estudos deviam ser feitos, em territorios cujos habitantes não tinham ainda visto o homem branco, - o que tudo consta das minuciosas communicações mensaes e mais documentos que sempre enviei á Secretaria dos Negocios de Marinha e Ultramar, e tambem, quando isso era possivel, a tres dos nossos principaes institutos scientificos. Essas investigações e estudos constituem um volumoso e variado material que torna assaz conhecida a vasta região explorada, sob muitos pontos de vista, quer nos interesse da sciencia quer no do paiz, e por isso, além d'esta obra geral, foi organizado um album ethnologico de photographias, que esclarece todos os estudos da Expedição, e coordenaram-se mais quatro volumes parciaes, referentes: um, ás produções e aos climas; dois, aos

² Para a citação completa dos volumes ver a seção Fontes e Bibliografia no final deste trabalho.



vocabulários e a gramática das línguas; e o outro, a ethnographia e história tradicional dos povos; constituindo o todo um trabalho baseado em factos escrupulosamente observados, e devidamente elucidados por gravuras, chromos, cartas, mappas, schemas e diagrammas.” (CARVALHO, 1890, vol. I, s.p.)

Note-se que a pretensão de Henrique de Carvalho no momento de publicação do volume 1 da *Descrição* era levar a público dois estudos sobre gramática lunda e, ainda, que o volume Meteorologia, Climatologia e Colonização não fazia parte de seus planos neste momento de integrá-lo a obra Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua.

Sobre estas cartas-dedicatórias publicadas como prefácios no início de cada um dos volumes, Ana Paula Tavares (1995, p. 33-34) afirmou que por terem sido escritas durante o tempo de edição e publicação da obra, elas faziam parte de uma *estratégia argumentativa* que tinha por intuito legalizar e legitimar os conteúdos de cada um dos volumes por uma personalidade representante do poder português, neste caso do ministro da marinha e ultramar.

Neste sentido, há ainda neste trecho citado uma questão que pode nos permitir avançar no entendimento sobre as singularidades de Henrique de Carvalho e de sua obra: a defesa da demora e, conseqüentemente, dos maiores gastos da expedição, já que ela estava programada para ocorrer no período de dois anos e com orçamento prévio ajustado, com exceção dos pagamentos aos carregadores, *por falta de bases* e ainda porque *se contava com o auxílio dos comerciantes portugueses*. (CARVALHO, 1890, vol. I, p. 31)

Assim, o procedimento de Henrique de Carvalho de documentar todos os seus passos e publicá-los ao longo dos volumes, além de nos remeter aos seus ideais positivistas de comprovação da realidade, pode também significar a maneira que encontrou para se defender das críticas no seu retorno da viagem:

“Facilmente se acreditou que a minha Expedição enquanto luctava no theatro das operações por cumprir os deveres que lhe fôram impostos, sem lhe importar as circumstancias anormaes do meio em que vivia e os sacrificios a



fazer, que estava sendo muito dispendiosa ao governo, nada produzindo de útil!

Esta injustiça que por vezes se lhe fizera e muito me magoou, sem querer, agora, recordar as textuaes palavras com que muito se pretendeu ferir-me em alguns jornaes dos mais lidos e acreditados d'esta capital [Lisboa], felizmente posso rebater porque não me faltam para isso todos os elementos precisos.” (CARVALHO, 1894, vol. IV, p. 755-771)

Sobre estes gastos temos notícias na correspondência do governador-geral Guilherme Augusto de Brito Capello (1886-1892) ao ministério da Marinha e Ultramar, que informou o dispêndio da expedição pelos cofres de Angola com pagamentos ao pessoal e aos fornecimentos enviados de Malanje.³ Há uma probabilidade desta informação ter sido mais que uma comunicação de rotina do governador sobre gastos públicos. Talvez ela fosse uma espécie de justificativa ao fato dele, em maio de 1887, ter recusado o pedido de socorro do subchefe da expedição, Sisenando Marques, para o seu colega que ainda se encontrava na mussumba do muatiânvua, com o argumento de esperar *ulteriores noticias da expedição ou o regresso dos carregadores*. Alguns meses depois, o mesmo governador teve que dirigir outra carta ao governo português *notificando o fato de se ter perdido o contato com o chefe da expedição*.⁴

Separados desde novembro de 1886, por falta de recursos, tanto o subchefe quanto o ajudante, o capitão Sertório de Aguiar, junto com grande parte dos trabalhadores, tiveram que ficar em Malanje à espera do retorno de Henrique de Carvalho, algo que só ocorreu em outubro de 1887. Enquanto isto não ocorria, com a ajuda dos comerciantes locais deviam enviar suprimentos a parte da expedição que havia permanecido na Lunda. Por isso o ofício de Sisenando Marques ao governador-geral da época pedindo ajuda.

³ Cf.: Correspondência do governador-geral G.A. de Brito Capello ao ministério da marinha e ultramar informando os gastos da expedição ao Muata Yanvo. 10 de outubro de 1887. *Projeto Acervo Digital Angola Brasil (PADAB)*, Pasta 85, Códice 46 -A-10-4, DSC 00033.

⁴ Cf.: Correspondência do governador-geral G.A. de Brito Capello ao ministério da marinha e ultramar remetendo cópia de um ofício do subchefe da expedição ao Muata Yanvo relativos aos socorros prestados ao major Carvalho. 09 de maio de 1887. PADAB, DVD 20, Pasta 83, Códice 45 -A-10-3, DSC 00107. O fac-símile desta última carta de Guilherme A. Brito Capello, datada de 12 de setembro de 1887, pode ser consultado nos anexos da dissertação de Ana Paula Tavares (1995).



O tempo excedido da expedição e, conseqüentemente, dos gastos foram justificados por Henrique de Carvalho pelos seus estudos sobre a Lunda e também pelas vantagens aos portugueses de sua interferência na política regional, apesar das frequentes demoras nos acampamentos ao longo do caminho, nas ocasiões em que recebia os dirigentes políticos locais para tratar do término da guerra entre lundas e chokwes e discutir com eles as bases das mucandas (tratados) assinadas por ambas as partes.

Prosseguindo, especificamente sobre a *Descrição da viagem à mussumba do muatiânvua*: os seus quatro volumes foram publicados em anos diferentes e divididos em capítulos delimitados pelo percurso da viagem.

O primeiro volume é de 1890 e relata a preparação da expedição em Lisboa e as experiências vividas na viagem entre Luanda e o rio Kwango; o segundo, publicado em 1892, trata do percurso entre o Kwango e o Chicapa; o terceiro, de 1893, do Chicapa ao Luembe; e, finalmente, o quarto volume, de 1894, da região do Luembe até a mussumba lunda e o retorno a Lisboa. Foi neste último volume que Henrique de Carvalho descreveu a sua presença no palco da guerra entre lundas e chokwes que colocou fim à hegemonia política lunda na África Centro-Occidental.

Necessária para o entendimento desta *Descrição* é a consideração de sua inserção em um conjunto mais amplo de narrativas sobre a África Centro-Occidental – pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, a produção escrita em decorrência de tentativas portuguesas de alcançar terras mais ao longe da faixa litorânea, até os escritos de militares, sertanejos e comerciantes, no século XIX. Configurado ao longo do tempo por meio de uma cadeia de transmissão de informações, esta produção instrumentalizou as ações imperiais dos portugueses.

Neste sentido, a importância de pelo menos dois relatos que influenciaram a obra de Henrique de Carvalho, pela incorporação de informações sobre a mussumba lunda, o caminho para chegar até ela e a existência de um profícuo comércio de marfim na



região: as narrativas do militar Manuel Correia Leitão de 1755 e do representante comercial de D. Ana Joaquina, Joaquim Rodrigues Graça da década de 1840.⁵

As informações de Rodrigues Graça foram destacadas por Henrique de Carvalho como responsáveis pelos êxitos das explorações alemãs que delas se aproveitaram:

“... comparando os trabalhos dos recentes exploradores allemães ao Muatianvo, com os do negociante sertanejo Joaquim Rodrigues Graça, em 1843, por aquelles sempre citado, e com os de alguns outros portuguezes antes e depois d’este – demonstra que, se houvéssemos aproveitado o caminho que elles nos franquearam e conselhos que nos legaram, certamente nos pertenceriam as vantagens, que aquelles vão adquirindo pela sua persistência em estabelecer relações d’amisade e commerciaes com aquelle grande potentado e seus súbditos.” (CARVALHO, 1883, p.15)

Esta valorização da narrativa de Graça, além da importância de suas informações, também se refere às questões políticas desencadeadas pela concorrência europeia em torno do comércio e territórios lundas. Talvez por isso ela tenha sido publicada uma segunda vez, em 1890, pela Sociedade de Geografia de Lisboa, já que era importante representá-la como parte de uma ‘linhagem’ portuguesa de relatos, da qual faziam parte as obras dos negociantes sertanejos, dos exploradores e também o relato de Henrique de Carvalho.

As questões políticas referidas e que coincidem com o processo de edição e publicação de *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* referem-se ao período em que portugueses e belgas disputavam os traçados de fronteiras na região centro-ocidental do continente. Estas disputas que se tornaram conhecidas como ‘*a questão da Lunda*’ provocaram uma série de eventos na Europa, depois da Conferência de Berlim (1884-1885), o Acordo de Paris (09/02/1891), a Convenção de Lisboa (25/05/1891) e os encontros para a aprovação da demarcação da Lunda em 26 de junho de 1893 e outro para sua ratificação, em Bruxelas, a 24 de março de 1894 (SANTOS, 1966).

Vestígios da Lunda na obra *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*

⁵ Para citação destes dois relatos ver a seção fontes e bibliografia no final deste trabalho.



Dentro deste contexto, o expedicionário que levou consigo vários objetivos, em parte determinados pelos interesses dos poderes governamentais de Lisboa, mas também em parte por suas aspirações, dentre as mais declaradas, a de saber científico, produziu um conhecimento que *'se procurou servir os interesses portugueses, não pôde deixar de servir os interesses africanos, mesmo se de maneira artificial ou artificializante'* (HENRIQUES, 1997, p. 56), já que colocou na pauta dos debates imperialistas do final do XIX, a existência de sociedades da África Centro-Occidental ao nomeá-las especificamente xinjés, muxaelas, imbangalas, quiocos, lundas ...

Em suma, para além dos encargos de explorador e realizador da ocupação territorial portuguesa da região, o que se destaca na *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua* de Henrique de Carvalho é sua reconhecida notoriedade na descrição das populações africanas: seus escritos constituem o primeiro registro sistemático sobre a *Lunda*.

Nesta perspectiva, a obra de Henrique de Carvalho é importante porque foi feita pelo europeu que afirmou a sua intenção de produzir um conhecimento sobre as populações lundas. E mesmo que as motivações para tanto projetassem ações civilizatórias ou coloniais, ao publicar sua obra -- *no sentido da dialética das relações concretizadas nos interstícios dos discursos escritos* -- não pôde evitar que os interesses africanos viessem à tona. Por esta razão acreditamos que a sua obra enseja o conhecimento de agentes históricos variados, que se envolveram de formas também variadas no empreendimento português de viagem à Lunda.

Como exemplo desta afirmação podemos citar o capítulo suplementar do segundo volume publicado no apogeu das discussões entre belgas e portugueses sobre a demarcação do território da Lunda, em 1892. Nele Henrique de Carvalho discorre sobre as inconveniências de separar os territórios dominados pelo Caungula Muata Xa Muteba e Muata Cumbana e argumenta que isto só se dava por falta de *'esclarecimentos*



práticos da região a partilhar' por parte daqueles que não a conheciam *in loco*. (CARVALHO, 1892, vol. II, p. 825-908)

Longe de só querer com este protesto fazer constar os interesses africanos e convencer sobre possíveis injustiças com a partilha de seus territórios, as palavras de Henrique de Carvalho intencionam mais apontar para as dificuldades que os futuros colonizadores teriam que enfrentar. Contudo, ao fazer este reparo - no interstício de seu discurso - o major português não conseguiu concluir seu argumento sem deixar de apontar para a importância dos interesses das populações locais:

“Desenganemo-nos, a partilha de África pelas nações européas poderá ser respeitada na Europa entre aquellas que, inconscientemente trataram d’essa partilha para evitar conflictos no equilíbrio da sua política; mas na África, no campo pratico, quando ahi quizerem trabalhar, se os elementos de que podem dispor lá chegarem um dia, acredite-se, serão os agentes d’essas nações que estabelecerão os conflictos entre si e com os povos indigenas, os verdadeiros senhores das suas terras; e a humanidade, em vez de beneficios, registrará massacres, expoliações, sequestros, e quem sabe o que mais!” (CARVALHO, 1892, vol. II, p. 829)

Insigne nesta discussão, exposto logo na abertura do referido capítulo suplementar, é o provérbio lunda *‘masuma makusala makijita, kumasũ ana bũate’* - *‘mais faz quem quer, que quem póde’*, que demonstra o estado de contrariedade de Henrique de Carvalho na ocasião.

Este é mais um interstício ou um vestígio da Lunda em seu pensamento colonial: as suas duras críticas à política portuguesa de *homens de gabinete*, em Lisboa, mas também àqueles integrantes da administração colonial nos espaços africanos, alguns desorientados e muitos outros movidos somente por um ardoroso desejo de enriquecimento:

“Não queremos esquecer, porém, que sendo o nosso fito contentarmo-nos, porque os nossos protestos de nada valem, com os limites que nos fixaram ao norte; devemos ter em vista empregar todos os nossos esforços em evitar que o commercio que convergia para o litoral da nossa possessão no Occidente, seja desviado para o norte e assim devemos lembrar que o café nativo de Encoje e dos Hungos, já no último anno foi levado para o Zaire, e isto é devido á falta de auctoridades conscientes naquelles logares [...] Se nós estamos tratando da nossa expansão e não tratamos de aproveitar o que temos



dentro de casa, então é melhor desistirmos de mais sacrifícios e pouparmos os esforços dos que se dedicam a trabalhar pelo bom nome de seu paiz, em proveito de outra causa melhor.” (CARVALHO, 1892, vol. II, p. 840)

Apesar da complexidade do momento vivido, nas críticas do explorador dos estados do muatiãnvua podemos entrever as produções agrícolas das regiões africanas, mesmo que elas estejam camufladas por termos depreciativos como *nativo*, isto é, sem a intenção inicial da produção em alta escala. Acreditamos que nos falta nesta questão é o conhecimento dos conflitos de interesses envolvidos nos desvios do comércio aludido por Henrique de Carvalho. No jogo das hipóteses, entre os interesses podiam estar os tais administradores desejosos de enriquecimento, como nos tenta fazer acreditar o autor, mas será que os desejos das próprias populações africanas que trabalharam nesta produção poderiam influenciar este ‘desvio’ ou até mesmo de alguma forma resistindo a ele?

Esta possibilidade nos é apresentada pelo próprio Henrique de Carvalho no volume *Ethnographia e História*, na passagem em que demonstra o seu temor, no contexto da corrida imperialista, de outras nações europeias tomarem aquilo que entendia ser de Portugal:

“Attentava eu, porém, nos exploradores allemães, que tão frequentes viagens estão fazendo e que de tantos recursos dispõem, seguindo-se as suas expedições umas ás outras, e redobrando-se de esforços na proporção das difficuldades que se apresentam; mas apesar de tudo, nestes annos mais proximos, ainda seremos nós os preferidos, e elles serão obrigados a servirem-se da nossa lingua, como meio de communicação, e dos nossos sertanejos como guias e interpretes.

Somos nós, pois, quem lhes facilitâmos os principaes meios d’elles se internarem, de se entenderem com os indigenas e de escolherem as melhores terras e os centros commerciaes mais importantes.

Se nós, porém, lhes abrimos as portas e se sairmos de casa, o que podemos esperar?

E se não procuramos augmentar as nossas relações com as tribus mais afastadas, favorecendo as suas migrações para as localidades que mais nos convenham, ficarão essas tribus sujeitas a quem lhes proporcionar mais vantagens ou melhor as souber explorar.

E chegaremos então tarde, e mais uma vez nos lastimaremos pela nossa boa fé.

E quem percorrer toda esta região, a leste da provincia de Angola, não deixará de notar, como eu, que, se é grande o atraso em que se encontra a agricultura, não faltaria a boa vontade da parte dos indigenas em se



ocuparem nestes trabalhos se tivessem a certeza de que lhe seriam comprados os seus productos.

Bastava aproveitar esta tendencia para fazer augmentar os productos provinciaes ...” (CARVALHO, 1890, p.31)

Note-se o interstício no seu raciocínio, que se inicia com o *atraso da agricultura* e continua no reconhecimento do trabalho africano pela *sua tendência ou boa vontade nestes trabalhos* com a condição que *tivessem a certeza de que lhe seriam comprados os seus productos.*

Não estamos propondo que possamos concluir somente com este trecho a existência de um interesse das populações lundas na agricultura voltada para a exportação -- algo que realmente interessava a maioria dos colonizadores desta época -- mas que a partir desta informação podemos ‘colher’ nos interstícios da obra, e também em outras fontes, outros vestígios que possam nos ajudar a nos aproximar da questão dos interesses dos lundas naquele momento, fossem eles quais fossem.

Neste sentido, os volumes da *Descrição* cumprem o papel aglutinador de todos os trabalhos da Expedição, porque eles *não se esgotam na reprodução do diário de viagem*, como afirma Ana Paula Tavares (1995, p. 24), mas também porque *incorpora partes dos outros textos.*

Com esta assertiva, a escritora angolana chama atenção para os diversos textos que estão incluídos na *Descrição* e que não são de autoria de Henrique de Carvalho: tal como o relatório do Ajudante, editado pelo major português e publicado em *extracto* o que julgava *oferecer mais interesse.* (CARVALHO, 1892, vol. II, p. 203-216)

Mas também as cartas dos negociantes sertanejos, como Custódio Machado, dos dirigentes políticos como Andala Quissúa Andombo, Cuigana Mogongo, Mona Samba Mahango, Mona Quienza, entre outros, na maioria, escritas por ambaquistas que trabalhavam como secretários em diversas regiões da Lunda. Todos estes textos compõem um *repositório de informações* importantes tanto por seu conteúdo quanto pelo papel



desempenhado pelos ambaquistas. E neste sentido, há a necessidade de estarmos atentos para a diversa autoria que a *Descrição da viagem ao Muatiânvua* apresenta.⁶

Mais ainda, os textos dos tratados e dos autos de notícia escritos pelos intérpretes ao serviço de Henrique de Carvalho: Antonio Bezerra de Lisboa, primeiro intérprete, Agostinho Alexandre Bezerra, segundo intérprete e José Faustino, o professor da escola da expedição que por vezes ocupava o cargo de intérprete e de secretário de Henrique de Carvalho.

Relatos de viagem como fonte historiográfica

Considerando a obra do major português Henrique de Carvalho, as implicações teóricas e metodológicas de sua análise incidem sobre a problemática da utilização dos relatos de viagem como fonte da história africana. De maneira geral, esta questão já foi tratada por importantes estudiosos como Edward Said (1990) e Mary Louise Pratt (1999) que ressaltaram a relevância de prestarmos a atenção aos níveis de discursos presentes nos diferentes relatos produzidos.

De modo mais particular, sobre as narrativas que se referem ao continente africano, os diversos autores reunidos na coletânea organizada por Beatrix Heintze e Adam Jones (1987) e também as historiadoras Isabel de Castro Henriques (1997) e Maria Emília Madeira Santos (1988), mais preocupadas com as produções sobre as regiões de colonização portuguesa, destacaram o caráter eurocêntrico presente nas descrições dos agentes europeus, sua natureza parcial, quanto às interpretações culturais generalizantes e imprecisas, baseadas em discursos ideologizados pela predominância civilizacional europeia.

Em especial, as obras destes autores nos ajudam a compreender questões da produção e divulgação dos relatos de viagem. Entre outras, a prática do *plágio*, problema metodológico que vem sendo debatido pela historiografia contemporânea, que significa

⁶ Parte desta correspondência foi analisada por Beatrix Heintze (2004-2005).



a cópia sem referências de informações de outros relatos, frequentes nas obras dos ‘compiladores de poltrona’, na expressão de Robin Law (1997) para aqueles editores e autores que nunca estiveram nas regiões descritas, mas que publicaram narrativas muito apreciadas por um público europeu ávido de conhecer o ‘exótico’. E, ainda, na questão das apropriações sucessivas, também relacionadas aos próprios viajantes que se preparam de forma prévia para sua viagem com informações sobre a região a ser visitada e que na ação de sua escrita podem ter deixado pouco espaço para conclusões próprias.

Por fim, as modificações que os relatos sofreram no processo de edição, seja pela ausência do autor-viajante nesta fase, seja pela interferência de eventos e pessoas não anotados nos diários de viagem, porém lembrados posteriormente por meio das *lentes embaçadas da memória* ou informações modificadas intencionalmente por razões posteriores a viagem, não somente aquelas de cunho pessoal, mas também as referidas ao debate social de sua época.

Portanto, para além das simples anotação das informações que encontramos na obra *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888* que analisamos, houve a necessidade de examinar elementos relacionados aos diferentes autores presentes nela, quanto as suas origens, profissões, interesses e noções de direitos e deveres. Um movimento parecido ao que utilizamos no exame do próprio objeto da nossa pesquisa de mestrado, no caso, os trabalhadores africanos que participaram desta expedição até a Lunda.

Além disso, na questão teórica especificamente relacionada com estes trabalhadores, entre eles, os ambaquistas, intérpretes, informantes e secretários de Henrique de Carvalho, o esforço investigativo do discurso de agentes exteriores para tentar entender o espaço de possíveis agências africanas não significou a premissa da ausência da dimensão da opressão, mesmo quando essas agências destacam protagonismos que fazem parecer como uma espécie de facilitação à política colonialista europeia sobre os territórios africanos.



Pelo contrário, compreendemos que este foi um processo dialético no qual a agência africana acabou por se voltar contra si mesma, também no sentido de uma violência epistemológica na produção de um conhecimento que contou com a participação de informantes, guias e intérpretes africanos.

Por isso, como bem argumentou o historiador Alexsander Gebara, não se tratou de recuperar ‘vozes de vencidos’, mas entender a atuação de grupos originários de territórios que passaram a ser conhecidos como África, num espaço atlântico de interação que deve ser entendido para além dos simplismos ou dualismos, exatamente porque os termos identitários - africano e europeu - não conseguem abarcar o todo complexo da existência de pessoas originárias destas regiões.

“Desta forma, é preciso pensar no espaço de produção do conhecimento ‘ocidental’ de maneira ampliada, como um espaço interativo, relacional que se constitui simultaneamente ao processo material de expansão imperial. Ao utilizar este enfoque, a análise do discurso colonial ganha outros contornos. Não mais se limita a demonstrar a violência epistemológica exercida sobre os não europeus, mas ao fazer isto, recupera as experiências de embates, resistências e colaborações oriundas do contato cultural e material que criam as necessidades de representações que constituem o próprio discurso colonial.” (GEBARA, 2010, p. 16)

Assim, reafirmamos a pertinência dos relatos de viagem como fonte historiográfica do trabalho africano e dos povos da Lunda, por permitir a busca, além de suas representações, dos papéis históricos de pessoas que, embora com presença ostensiva, foram ao longo do tempo socialmente desvalorizadas, em um movimento semelhante ao exposto pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias quando justificou a viabilidade e a importância do seu estudo sobre as mulheres da São Paulo do século XIX:

“[a] memória social de suas vidas [foi-se] perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito [...] É uma história do implícito resgatada das entrelinhas dos documentos, beirando o impossível, de uma história sem fontes...” (DIAS, 1984, p. 7 e 10)



Esta perspectiva teórica e analítica é similar ao movimento realizado, na década de 1980, pela historiografia social da escravidão no Brasil, que retomando o uso de processos criminais – documentação tida até então como própria dos agentes repressores e, portanto, externa aos escravizados – conseguiu comprovar a sua importância para o entendimento tanto do papel dos escravizados como agentes históricos, quanto da dinâmica histórica da escravidão. Assim, as questões postas no presente estudo, no que concerne a utilização dos relatos de viagem, por vezes entendidos como ficção, por outras como representação do real, em suma, como fontes externas aos africanos, aproximam-se do constante questionamento e esforço promovidos por esta vertente da historiografia brasileira.

Em vista disso, nos termos de uma reflexão documental mais pontual e crítica, encaramos a obra do major português Henrique de Carvalho de maneira mais alargada, como um gênero que abarca em si um conjunto de documentos – cartas, ofícios, relatórios, fotografias, entre outros, produzidos pelos portugueses componentes da expedição e pelos africanos, ambaquistas, intérpretes e carregadores.⁷

Nesta perspectiva, foi necessário promover um estudo sobre a composição dos documentos em análise, desde a investigação dos seus autores, passando pelo contexto de sua produção, até a natureza de sua divulgação. Nesta estratégia a questão metodológica que se impôs foi a filtragem da informação relatada comparada ao universo de produção do próprio documento, num sentido semelhante ao proposto por Beatriz Heintze e Adam Jones (1987, p.4): ‘quando lemos um relato italiano sobre matrimônio ou práticas de guerra na África, nós podemos comparar isto com o que sabemos sobre matrimônio ou guerra na Itália do relator’.

⁷ Além dos trabalhadores, carregadores, guias e intérpretes, a expedição portuguesa a mussumba do muatiãnvua era composta pelo empregado português Augusto Cesar, pelo major Henrique Augusto Dias de Carvalho (chefe), pelo farmacêutico Augusto Sisenando Marques (subchefe) e pelo capitão Manuel Sertório de Almeida Aguiar (ajudante).



Outro exercício foi considerar também o papel dos acompanhantes locais dos viajantes portugueses, uma vez que serviram de principais informantes dos costumes e da história das populações africanas. E, ainda, aproximar o relato analisado, a *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*, a outras publicações de Henrique de Carvalho para verificar se há diferenças discrepantes de escrita e de concepção de ideias.

Em suma, a pertinência de analisar estes pontos arrolados está no entendimento de possíveis legados epistemológicos sobre a história africana, expressos nos documentos e no ‘pano de fundo’ de sua produção, no sentido de uma dialética entre memória e evento, como observou Richard Price:

“... No nível mais simples, afirmo que, para compreender plenamente o ‘discurso’ (a memória coletiva e os modos pelos quais se atribui sentido a figuras como a escravidão, a resistência, ou a África da atualidade), devemos, simultaneamente, considerar o ‘evento’ (a demografia – inclusive a etnicidade – ao longo do tempo, a sociologia e a economia de determinados regimes das plantations e assim por diante). E que, para compreender o ‘evento’ ou a ‘história’, devemos também considerar o ‘discurso’ e a ideologia ...”.(PRICE, 2003, p. 406)

FONTES e BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Henrique A. D. *A Lunda ou os estados do Muatiânvua*. Domínios da soberania de Portugal. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia., 1890.

------. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

------. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

------. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Meteorologia, Climatologia e Colonização: estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola. Lisboa: Typ. do jornal "As Colonias portuguezas", 1892.

------. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguezas, vol. I: de Loanda ao Cuango, 1890; vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892; vol. III: do Chicapa ao Luembe, 1893 e vol. IV: do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa, 1894.



GRAÇA, Joaquim Rodrigues. Descrição da viagem feita de Loanda com destino ás cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente, de que as tribus são senhores, principiada em 24 de abril de 1843. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não-oficial. 1ª. série, 1854-58. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

------. Expedição ao Muatiânvua – diário. Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa, 9ª. série, nº. 8-9, 1890, p. 399-402.

LEITÃO, Manuel Correia (ou Corrêa). “Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756”. In: DIAS, Gastão de Sousa (ed.) “Uma viagem a Cassange nos meados do século XVIII”. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 56ª. série, nº. 1-2, 1938, p.3-30.

MARQUES, Agostinho Sisenando. *Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo*. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton*. Antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865. São Paulo: Alameda, 2010.

HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na Actualidade. *Cadernos de Estudos Africanos*. n. 7-8, p.179-207, jul. de 2004 a jul. de 2005. Disponível em: http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=73. Último acesso em: outubro de 2010.

HENRIQUES, Isabel Castro. “Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses”. In: *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 26-62.

JONES, A.; HEINTZE, B. Introduction. European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: use and abuse. *Paideuma*, Stuttgart: Frobenius-Institut, n. 33, p. 1-17, 1987.

LAW, Robin. Problems of Plagiarism, Harmonization and Misunderstanding in Contemporary European Sources. Early (pre-1680s) Sources for the ‘Slave Coast’ of West Africa. In: JONES, Adam e HEINTZE, Beatrix. European sources for Sub-Saharan Africa before 1900: use and abuse. *Paideuma*. Stuttgart: Frobenius-Institut, p. 337 – 358, n.33, 1987.

PRATT, Mary L. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.



PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25, n.º. 3, p.383-419, 2003.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, Eduardo dos. *A questão da Lunda. 1885-1894*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA; IICT, 1988.

TAVARES, Ana Paula. *Na mussumba do Muatiânvua quando a Lunda não era leste. Estudo sobre a Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho*. Lisboa: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.